

O ENVOLVIMENTO DOS PENTECOSTAIS NA ELEIÇÃO DE COLLOR

Meu irmão Fernando Collor, meu irmão maior, nós estamos contigo, amém!

Pastor Doriel de Oliveira, Casa da Bênção.

Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido.

Bispo Edir Macedo, Igreja Universal do Reino de Deus.

Ricardo Mariano
Antônio Flávio Pierucci

RESUMO

No Brasil pós-ditadura as igrejas pentecostais, tradicionalmente afastadas da política, estão entrando ativamente na vida político-partidária. A eleição presidencial de 1989 foi um momento muito intenso de envolvimento eleitoral dos pentecostais. Resultado de uma pesquisa de campo, este artigo mostra que, para convencer os eleitores crentes a votar em Fernando Collor, as lideranças pentecostais usaram o argumento da ameaça: votar no Partido dos Trabalhadores (PT) seria o mesmo que entregar o futuro de suas igrejas a uma tenebrosa aliança católico-comunista. *Palavras-chave: religião e política; eleições; evangélicos; pentecostais; pentecostalismo.*

SUMMARY

Though traditionally removed from politics, Pentecostal congregations have become increasingly engaged in the political life of post-authoritarian Brazil. The presidential election of 1989 provided a particularly intense setting for electoral engagement by Pentecostal members. Based on field research, this article demonstrates how Pentecostal preachers sought to convince their followers to vote on Fernando Collor because of the threat represented by the alternative: voting on the Worker's Party (PT) would mean turning over the future of the congregations to a dangerous catholic-communist alliance.

Keywords: religion and politics; elections; Evangelical congregations; Pentecostalism.

Força eleitoral?

A força eleitoral dos evangélicos¹ no Brasil, a rigor, não se conhece. É comum hoje supor que seja grande. "Não podemos negar, quem elegeu o Collor foram os evangélicos", disse-nos todo convicto o pastor José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Realidade ou fantasia, tamanho cacife — dedução do número de eleitores com base num crescente número de adeptos que de resto não se sabe qual é, tal a dança dos números — passou ultimamente a fazer parte do jogo político-eleitoral, impossível de ignorar mesmo que nele não se acredite.

Segundo a AEvB, Associação Evangélica Brasileira, o último Censo Demográfico apontará a existência de 35 milhões de evangélicos, dos quais 25 mi-

(1) Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, no Brasil o termo *evangélico* designa e recobre tanto as denominações protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Episcopal etc.), quanto as pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Nova Vida, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus etc.). Os pentecostais acrescentam às doutrinas protestantes básicas a crença na atualidade dos dons do Espírito Santo, dentre os quais sobressai a glossolalia, que ocorre quando o fiel fala "línguas estranhas", reproduzindo o episódio bíblico vivido pelos apóstolos cinquenta dias após a ressurreição de Cristo, no dia de Pentecostes (cf. Atos 2, 1-13).

lhões seriam pentecostais (*O Estado de S. Paulo*, 10.5.92). Em janeiro de 1991, o Conic, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, calculava em 30 milhões o número de evangélicos (*Folha de S. Paulo*, 30.1.91); supondo-se que os pentecostais perfazam 80% desse total, eles seriam 24 milhões. Em maio de 1990, a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estimava em 16 milhões o número de evangélicos (*Veja*, 16.5.90). Pesquisa feita pelo Gallup em 1990 a pedido do Ibrades, instituto ligado à CNBB, apontava que 7,2% dos brasileiros se declaravam evangélicos espontaneamente; em resposta estimulada, isto é, com o uso de cartão com os nomes das diferentes religiões, essa taxa subia para 9,6%, o que daria pouco menos de 15 milhões².

De todos os ângulos pelos quais se olha o crescimento constante do protestantismo no Brasil, o aumento dos evangélicos é sempre o resultado da expansão acelerada do pentecostalismo. É o modelo extremamente bem-sucedido de proselitismo de base dos ramos pentecostais o grande responsável pelo dinamismo ascensional das igrejas reformadas neste país de colonização católica. Não é porém a "enchente pentecostal", seu sucesso quantitativo, o tema deste artigo, mas sim sua participação cada vez mais intensa na esfera político-partidária no Brasil pós-ditadura.

Marco histórico desta imersão pentecostal na esfera política foi, surpresa geral, a eleição de uma bancada de 33 parlamentares evangélicos para o Congresso Nacional Constituinte, em 1986³. Comparativamente à legislatura anterior, na qual havia apenas catorze evangélicos, tratava-se de um grande salto quantitativo. Na verdade o grande salto foi dos pentecostais, que subiram de dois para dezoito parlamentares, numa considerável demonstração de força eleitoral que chamou a atenção de muitos observadores, virou notícia de muito jornal e aguçou o interesse eleitoreiro de candidatos e partidos políticos das mais diferentes orientações ideológicas.

Ao contrário das massivas manifestações de rua pelas "diretas-já" em 1984, movimento amplo e suprapartidário do qual estiveram ausentes, como ausentes estiveram da longa luta das forças democráticas do povo brasileiro contra o regime autoritário, a eleição presidencial de 1989 foi, para os pentecostais, um momento muito forte de envolvimento político. A intenção deste artigo é mostrar, não propriamente a força eleitoral — que só se poderia avaliar numericamente, e ninguém dispõe de números sequer aproximados —, mas o envolvimento deles na eleição de Collor. O artigo não é um ensaio, mas estritamente o resultado parcial de uma pesquisa de campo qualitativa, à base de entrevistas gravadas com pastores, fiéis e políticos pentecostais, observação assídua de cultos, de programas de rádio e televisão, além de exaustivo levantamento de material da grande imprensa e outros registros impressos⁴.

O escolhido de Deus

Antes mesmo de iniciada a campanha e deflagrado o indefectível assédio eleitoral às igrejas, líderes evangélicos entusiasmaram-se com a

(2) Hortal, pe. Jesus. *Panorama e estatísticas do fenômeno religioso no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991 (mimeo). O sociólogo presbiteriano Paul Freston, em artigo sobre o voto evangélico em 1989, faz o seguinte comentário sobre a dimensão quantitativa deste universo: "Primeiro, temos que estimar o tamanho do eleitorado evangélico. Nesse particular, há muito exagero. Fala-se em 20 ou até 30 milhões de eleitores evangélicos, o que seria mais de 35% do total. Ora, se no censo de 1980 os evangélicos eram apenas 6,62%, não há razão para se pensar que passem de 10% hoje. Sendo generosos, podemos admitir a existência de 9 milhões de eleitores evangélicos" (Freston, Paul. "Evangélicos colocam Collor no Planalto". *Ultimato*, fev. 1990, p. 19).

(3) Pierucci, Antônio Flávio. "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte". In: Anpocs, *Ciências Sociais Hoje*, 1989. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1989, pp. 104-32.

(4) Pesquisa em andamento junto ao Cebrap, financiada pela NOVIB.

probabilidade de lançamento de uma candidatura protestante à Presidência da República. Os setores evangélicos que alimentavam o sonho de ter um presidente de seu meio religioso eleito diretamente pelo povo tinham, naquele momento, um nome viável: Íris Rezende, ministro da Agricultura do governo Sarney, evangélico, disputaria a indicação de seu nome para candidato do PMDB. Dias antes da convenção do partido, Íris recebeu num almoço em Brasília o apoio de mais de setecentos empresários e pastores evangélicos. O apoio veio na forma de manifesto assinado. Falou-se ainda do apoio de setores batistas do Rio de Janeiro e da Igreja Cristã Evangélica, denominação à qual pertence Íris. O ministro recebeu o apoio entusiástico de líderes nacionais da maior denominação evangélica do país, a Assembléia de Deus, durante encontro nacional para inauguração de sua igreja-sede em Taguatinga, Brasília. Nessa cerimônia, o pastor Manuel Ferreira, depois de afirmar que Deus lhe havia revelado que o próximo presidente seria um evangélico, comprometeu-se a convencer seu "rebanho" e "toda a nação a apoiar o homem que tem sido usado por Deus para produzir supersafras de alimentos" (*Folha de S. Paulo*, 17.4.89; *Jornal do Brasil*, 17.4.89). Determinados a ter um presidenciável protestante, na convenção do PMDB de abril de 1989 os deputados evangélicos empenharam-se na candidatura Íris, derrotada entretanto pelos convencionais que escolheram o presidente do partido, Ulysses Guimarães. Frustravam-se assim os esforços e articulações dos que haviam sonhado eleger para presidente um "homem de Deus". Mal podiam imaginar, entretanto, que o desenrolar da campanha eleitoral acabaria por exigir deles, em nome da defesa de seus interesses religiosos, um envolvimento emocional e um ativismo militante muito mais intensos do que podiam imaginar naquele momento⁵.

Assim como a candidatura Íris saíra de uma revelação direta do próprio Deus ao pastor Manuel Ferreira, não faltariam outros profetas a dizerem-se divinamente inspirados para identificar com precisão qual era o escolhido de Deus. Vide o bispo Edir Macedo: "Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido" (*Jornal do Brasil*, 3.12.89).

O assédio e a inclinação

Ainda que sem qualquer vínculo religioso evangélico, os candidatos fizeram as esperadas incursões a igrejas pentecostais⁶ de olho no cacife de votos alardeado pelos pastores politicamente interessados como sendo dezenas de milhões. Reportagens relatam a ida de Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS) e Fernando Collor de Mello (PRN) à Assembléia de Deus, nas sedes dos ministérios de Madureira e do Belém, em São Paulo (*AME*, nº 78, agosto 1989; *Folha de S. Paulo*, 26.9.89; *Jornal do Brasil*, 16.10.89). Além das visitas à Assembléia de Deus, Collor participou de programas das doze rádios de propriedade da Igreja Universal,

(5) Outro que procurou explorar eleitoralmente o filão evangélico em função de sua opção religiosa foi o empresário e pastor Armando Correa, dono da sigla PMB, Partido Municipalista Brasileiro. Ao contrário de Íris Rezende, Correa não obteve qualquer apoio do meio evangélico. No final do primeiro turno transformou-se no pivô de um dos escândalos daquela campanha eleitoral ao abrir mão de sua inexpressiva candidatura numa negociata de bastidores em prol do apresentador de programas de auditório Sílvio Santos, proprietário da rede nacional de televisão SBT. Santos, depois de tumultuar o processo eleitoral, teve sua candidatura impugnada pelo TSE, que decretou a ilegalidade do PMB por sete votos a zero (*O Estado de S. Paulo*, 1.11.89; *Veja*, 15.11.89).

(6) Convém informar ao leitor, a esta altura do texto, que nem todas as igrejas pentecostais estão abertas à participação política nem à acolhida de políticos. Fazem questão absoluta de manterem-se afastadas da política duas das maiores igrejas pentecostais do país, a Congregação Cristã no Brasil e a Deus é Amor. Isto não quer dizer que seus fiéis não acompanhem, na mentalidade e no voto, a tendência de alinhamento eleitoral das outras igrejas.

de Edir Macedo, prometendo que juntos (sic) e com muita fé em Deus iriam reconstruir o Brasil (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89; *Folha de S. Paulo*, 4.12.89). Collor também esteve presente na comemoração do 25º aniversário da igreja pentecostal Casa da Bênção, em Brasília. Foi um grande momento de unção político-religiosa, no qual o candidato ganhou muitos irmãos. De mãos erguidas para o céu, cerca de mil pastores acompanharam a oração do pastor Doriel de Oliveira, presidente nacional da igreja, que dizia: "Meu irmão Fernando Collor, meu irmão maior, nós estamos contigo, amém!" (*Jornal do Brasil*, 21.7.89 e 3.12.89; *Folha de S. Paulo*, 21.7.89; *O Globo*, 21.7.89).

É claro que os líderes pentecostais não se restringiram à atitude gentil de recepcionar candidatos em seus templos e os "apresentar", com maior ou menor fervor, aos fiéis reunidos em culto. Participaram ativamente da campanha no intuito de exercer influência sobre o destino do voto dos crentes — um voto que eles esperavam dócil e obediente —, quando não os envolveram diretamente como ativistas de campanha. Por exemplo: dois dias antes do primeiro escrutínio foram apreendidas pelo TRE do Rio de Janeiro duas toneladas de material de propaganda de Collor, em dois templos da Igreja Universal do Reino de Deus, num dos quais funcionava uma gráfica clandestina. No dia da eleição, 15 de novembro, seguidores desta igreja fizeram boca de urna para Collor. "Todo o pessoal da Universal fez boca de urna no primeiro turno, e eu fui também", contou o estudante Giovan Messias de Paula (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89).

É bem verdade que a oferta variada de candidaturas no primeiro turno dificultava a adesão das diferentes igrejas a um candidato só e freava o ímpeto de engajamento das lideranças na campanha. Naquela etapa a tendência predominante foi a de recomendar aos fiéis que orassem antes de votar e evitassem os candidatos "extremistas" (ou seja, de esquerda). Esse tipo de orientação eleitoral, na qual se mantinha a liberdade de escolha de cada um, desde que esta escolha não recaísse em determinados candidatos de esquerda, era em si mesma e desde já portadora da direção política para onde pendia esse incremento de participação eleitoral no seio das igrejas pentecostais. Haja vista que durante o primeiro turno cerca de 8 mil pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular receberam uma carta, assinada pelo seu presidente nacional, Eduardo Ezdrogevc, pedindo que não votassem nos candidatos de esquerda, nomeadamente Lula (PT), Roberto Freire (PCB), Mário Covas (PSDB) e Brizola (PDT). "A esquerda tem dificultado o nosso trabalho em todo o mundo", justificava a carta (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89). Informação numérica de que desde o primeiro turno as preferências dos pentecostais inclinavam-se para a direita encontra-se nos resultados de uma pesquisa quantitativa feita em Salvador (BA), na qual foram entrevistadas 271 pessoas das igrejas Assembléia de Deus, Deus é Amor, Casa da Bênção e Universal do Reino de Deus: 69,4% votaram nos candidatos do PDS, PFL, PL e PRN, e apenas 15,1% votaram nos candidatos do PT, PDT e PSDB⁷.

No segundo turno o engajamento seria muito mais definido, mais direto e ainda mais consensual. As palavras do pastor Sebastião Mendes Pereira, líder da Assembléia de Deus no Ceará, revelam com muita

(7) Gomes, Wilson. *As novas religiões populares na Bahia: para um reexame da questão das seitas populares e da religião do povo*. Salvador: Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador, 1990 (mimeo), p. 17.

propriedade como e em que sentido se daria a escolha eleitoral, agora simplificada:

A tendência do povo evangélico é não votar em candidato das esquerdas, mas num cristão. No primeiro turno havia confusão, mas agora nosso povo sabe muito bem em quem vai votar. (Jornal do Brasil, 3.12.89)

A polaridade ideológica dos candidatos finalistas, Lula à esquerda e Collor à direita, praticamente não deixava outra opção à quase totalidade dos pastores pentecostais, fobicamente anticomunistas. Optaram por Collor. Envolveram-se em sua campanha até a medula, não poupando esforços e argumentos para promovê-lo entre os fiéis e satanizar seu concorrente. "Não temos dúvidas, comparando-se as características ideológicas dos dois candidatos [...], os evangélicos só têm por opção o nome de Fernando Collor de Mello", dizia o documento reservado enviado no dia 2 de dezembro de 1989 pela Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, associação de pastores de todas as denominações, aos seus dezesseis conselhos e oito representantes estaduais (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89).

De fato, a ida do candidato do PT para o segundo turno facilitou para as lideranças pentecostais, do mesmo modo que para outros segmentos conservadores da sociedade brasileira, a formação de um consenso quanto ao nome a ser votado. As inúmeras divisões denominacionais, as divergências teológicas, as rivalidades históricas, as conveniências pessoais e a ferrenha concorrência diária por fiéis não impediram nem prejudicaram o consenso a que chegaram quase todas as igrejas pentecostais naquele momento. Elas *colloriram*.

A esquerda evangélica

É bom não esquecer que Lula recebeu apoio de vários líderes de igrejas protestantes históricas. O alinhamento de protestantes com a candidatura petista, apesar de diminuto (e menor ainda entre os batistas, os quais tenderam a votar como os pentecostais), permitiu a articulação de grupos e indivíduos de orientação política "progressista", tornando assim visível, no curso da campanha, a presença de uma esquerda evangélica ativa. Seu sucesso eleitoral, no entanto, deve ter ficado nas mesmas proporções das mobilizações que promoveram em apoio ao candidato petista, geralmente de alcance reduzido⁸. Vejamos algumas delas.

Dezoito comitês evangélicos pró-Lula foram formados em vários estados do país, como por exemplo: Comitê Evangélico Pró-Lula, Movimento Evangélico Pró-Lula, Movimento de Cristãos Lula Presidente, Movimento Democrático Lula Presidente, Movimento "Evangélicos com Lula", Movimento Evangélico

(8) "Numa pesquisa em 27 igrejas presbiterianas, apenas 25% dos 1287 votos foram para Lula no segundo turno." Freston, Paul. Esquerda e evangélicos se descobrem no Brasil. *Folha de S. Paulo*, Caderno Campinas, abril de 1991.

co Lula Presidente⁹. Vários manifestos foram redigidos e distribuídos. Merece registro o intitulado "Uma opção ético-política, Manifesto de Cristãos do Comitê Inter-Religioso" em apoio à Frente Brasil Popular, assinado por duas dezenas de lideranças protestantes (das igrejas Metodista, Episcopal, Presbiteriana Unida, Presbiteriana do Brasil, Congregacional, Evangélica de Confissão Luterana, Evangélica Luterana do Brasil, Batista), além de representantes do clero católico. O documento foi entregue oficialmente a Lula no Rio de Janeiro, ao ser recepcionado no aeroporto Santos Dumont pelos membros do comitê (*Última Hora*, 4.12.89). Pastores e membros do Movimento Evangélico Lula Presidente realizaram na Praça Sete, centro de Belo Horizonte, ato público que não reuniu mais do que trinta pessoas (*Jornal da Tarde*, 15.12.89). Alguns pastores participaram do horário eleitoral gratuito de rádio e televisão da Frente Brasil Popular (*Folha de S. Paulo*, 4.12.89). Os seis deputados que compunham a ala esquerda da bancada evangélica do Congresso Nacional apoiaram Lula. A deputada pentecostal do PT, Benedita da Silva, dispôs-se a visitar oito Estados e vinte municípios até o dia da eleição para promover seu candidato (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89; *O Dia*, 5.12.89).

O registro impresso de manifestações de campanha da esquerda evangélica mostra que, se o apoio a Lula da parte dos protestantes em geral foi diminuto, da parte dos pentecostais foi irrisório. O caso do Rio de Janeiro, por causa do apoio de evangélicos à candidatura de Brizola que em parte acabou se transferindo para Lula no segundo turno, foi exceção. Convém lembrar que, durante seu primeiro governo, Brizola estabeleceu vínculos sólidos com setores evangélicos do Rio de Janeiro, inclusive pentecostais. O apoio que no primeiro turno recebeu da parte de líderes evangélicos do Rio, procurou transferir para Lula no segundo turno, conforme se depreende de notícia veiculada pelo jornal da Assembléia de Deus de Duque de Caxias, *O Alerta*:

Foi no dia 9 de dezembro durante um almoço na churrascaria Rodeio, em Nova Iguaçu, que evangélicos de diferentes denominações participaram de um succulento churrasco num encontro com os líderes dos dois maiores partidos políticos de oposição à direita reacionária do País: Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva. [Nesta ocasião, o pastor Silas Malafaia] criticou aqueles que usavam de boatos de que Lula era marxista e iria acabar com as igrejas. (O Alerta, jan. 1990)

Chama a atenção nas intervenções de apoio evangélico a Lula um conteúdo de natureza defensiva, voltado antes de mais nada para vencer resistências internas ao meio. Com efeito, no meio pentecostal a esquerda encontrava o campo minado. Haviam-se espalhado boatos de que, com a eleição do candidato petista/"comunista", a comunidade evangélica seria perseguida. "Procuramos abordar indivíduos deixando claro que o Lula não irá acabar com as igrejas", declarou o teólogo Luiz de Souza Cardoso,

(9) CEDI. *Igrejas e eleição presidencial. Dossiê*. Rio de Janeiro: CEDI, fev. 1990, pp. 94-105; *Jornal da Tarde*, 15.12.89; *O Globo*, 12.12.89. O noticiário não é muito preciso quanto aos nomes desses comitês.

membro do Comitê Pró-Lula junto ao Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo (*Diário do Grande ABC*, 5.12.89), usando em outro contexto as mesmas palavras do pastor Malafaia no almoço com Brizola: acabar com as igrejas.

Pânico pentecostal

A argumentação defensiva dos partidários de Lula era necessária naquele contexto, de vez que um dos trunfos de arregimentação pró-Collor no meio pentecostal foi, desde logo, acenar com a velha ameaça do comunismo ateu que persegue o Evangelho. Vale lembrar que este surrado argumento estilo guerra fria foi insistentemente empregado no primeiro turno pelos candidatos e partidos de direita — Ronaldo Caiado (PDC), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN). A ida de um candidato nitidamente de esquerda para o segundo turno, com grandes chances de se eleger presidente da República, veio conferir à tática de ameaçar com o fantasma do comunismo eficácia renovada. Instalou-se um clima de pânico, que se adensava à medida que se aproximava o dia final. Em certos setores da sociedade, era um pânico de classe. Quem não se lembra da assustadora profecia do presidente da FIESP, Mário Amato, de que 800 mil empresários abandonariam o país caso Lula fosse eleito¹⁰? Noutros setores — é o que estamos mostrando neste artigo — ocorria por aqueles dias algo que poderíamos chamar, na falta de um termo melhor, de pânico religioso. Este era, seguramente, o estado de ânimo dos pentecostais. Para eles, a vitória do PT "daria início a uma cruzada de discriminação aos evangélicos", conforme condensava em tom de agourenta profecia o pastor pentecostal e deputado estadual pelo PTB paulista, Daniel Marins (*Diário do Grande ABC*, 5.12.89).

Todos os dados de que dispomos mostram que o fator que mais pesou na decisão de voto dos pentecostais no segundo turno foi um desmedido e alastrado temor da implantação de um regime comunista por um governo petista. Idéias fora do lugar? O mais anacrônico nisso tudo é que o medo do comunismo que os crentes verbalizaram em 1989 aludia à certeza de uma perseguição religiosa que começaria a se concretizar pela anulação, ou pelo descumprimento, do direito constitucional que assegura a liberdade de religião. As medidas de política econômica e as políticas sociais usualmente associadas à implantação de um regime comunista ficavam, na maioria das vezes, relegadas a um segundo plano, ou eram formuladas de maneira muito vaga e fragmentária, tidas de todo modo como de pouca relevância frente à questão que mais atemoriza as minorias religiosas, a saber, a perda da liberdade de culto.

Foi assim que, ao iniciar-se o segundo turno da campanha, no interior das igrejas, nas pregações e nas conversas, desencadeou-se uma vasta arregimentação de votos pró-Collor no meio pentecostal, estimulada de um lado pelos boatos de que Lula e o PT acabariam com a liberdade dos crentes,

(10) Ver Pierucci, Antônio Flávio e Lima, Marcelo Coutinho de. "A direita que flutua. O voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo". *Novos Estudos* n° 29, março 1991, pp. 10-27.

transformariam os templos em creches, escolas ou supermercados e promoveriam impiedosa perseguição aos cristãos evangélicos, e, de outro, apoiada na velha, atávica postura anticomunista e anti-esquerda que desde o primeiro turno lhes apontava em quem não votar. Eram tantos os boatos neste sentido, que o próprio candidato do PT viu-se na contingência de escrever uma carta aberta aos evangélicos na tentativa de desfazer mal-entendidos quanto às suas alegadas convicções anticristãs:

Como cristão, e não apenas de ocasião, estou vigilante e informado de todas as injustiças contra mim, dizendo "que irei fechar as igrejas, transformá-las em escolas e tomar seus bens". Desde criança aprendi com minha mãe que não se deve usar o nome de Deus em vão. Como não sou menino levado por qualquer vento de promessas, julgo-me estar comprometido com as causas do Reino. [...] Fraternalmente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Além da resposta de Lula, a poucos dias do segundo turno foram distribuídas no meio evangélico 200 mil cartas assinadas por 132 ativistas do Movimento "Evangélicos com Lula", pastores e fiéis, desmentindo as especulações de que ele acabaria com a liberdade religiosa dos crentes (*O Globo*, 12.12.89).

O medo do comunismo como principal fator mobilizador do voto pentecostal anti-Lula foi oportunamente percebido e astutamente manipulado pelo *staff* collarido. Às vésperas do segundo turno, pastores evangélicos começaram a receber o seguinte telegrama:

Caro Pastor, recente reunião nosso candidato Fernando Collor pediu para transmitir caro pastor mais profundos agradecimentos pelo apoio nas orações e voto de confiança eleições primeiro turno. A ida candidato esquerda radical aliado aos comunistas ateus para o segundo turno faz crescer a responsabilidade liderança evangélica processo conscientização nosso povo. Abraço fraternal.

O telegrama chegava na hora certa e nos termos mais adequados aos destinatários. Valorizava o voto dos pentecostais, reconhecendo neles importantes aliados de um candidato com chance de vitória, e os interpelava como co-responsáveis na tarefa de derrotar, nas urnas, a "esquerda radical" e o "comunismo ateu". Toda vez que tematizassem nas pregações a ameaça comunista associada à eleição presidencial, as lideranças pentecostais poderiam agora lançar mão de documentos como este, que lhes conferia prestígio e realçava a importância de sua participação nesse momento político decisivo.

"Trabalho forte"

O envolvimento de políticos pentecostais na campanha de Collor foi de tal ordem que alguns deles atingiram o *status* de coordenadores de campanha. O deputado federal Salatiel Carvalho (PRN/PE), pastor da Assembléia de Deus, foi o coordenador nacional da campanha de Collor junto aos evangélicos. Já em 14 de outubro, ainda no primeiro turno, organizou na cidade de São Paulo um encontro nacional de evangélicos. Segundo o deputado,

foi uma festa linda, onde compareceram mais de cinco mil pastores evangélicos, representando todos os estados brasileiros. A partir daí, não tivemos mais dúvidas de que a maioria dos evangélicos estava realmente com o nosso candidato.

No período da campanha, percorreu 22 Estados e 94 das principais cidades brasileiras, a fim de sensibilizar os evangélicos para a candidatura de Collor, que chegou a acompanhá-lo em algumas dessas visitas. "Particpei de dezenas de convenções evangélicas, visitei centenas de pastores e falei para milhares de irmãos" (*Diário de Pernambuco*, 7.1.90; *Estado de Minas*, 1.11.89). No Ceará, o primeiro deputado federal a aderir à candidatura Collor foi Gidel Dantas (PDC/CE), pastor da Igreja de Cristo no Brasil, que também assumiu posição de destaque na campanha collorida junto com seu irmão, o pastor Gineton Dantas de Queirós, e seu pai, o pastor Vicente de Queirós. A área de atuação dos três abrangia o Ceará, o Piauí e o Rio Grande do Norte. Sob sua coordenação, em 24 de novembro de 1989 realizou-se em Fortaleza (CE) uma convenção em apoio a Collor, que reuniu cerca de três mil evangélicos (*Jornal do Brasil*, 3.12.89). Outro que ocupou cargo de coordenação foi o deputado estadual Daniel Marins (PTB/SP), pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Eu fui coordenador na região do ABC (SP). Eu fui pra rua, fiz comitê, entrei realmente na briga e fiz um trabalho forte no estado todo. Não só no ABC, mas no estado todo, envolvido na campanha dele. (entrevista concedida em 13.8.92)

No segundo turno da campanha Marins enviou aos seguidores da Igreja do Evangelho Quadrangular dois milhões de exemplares de uma carta aberta com o título "Dez razões para não votarmos em Lula". A carta rotulava Lula de "extremista", "radical" e "revoltado", advertia contra "uma possível luta armada, objeto dos pronunciamentos do senhor Lula" e enfatizava, como uma das dez razões para os evangélicos impedirem a vitória do PT,

que "seu regime esquerdista e radical cerceia a liberdade religiosa". O documento terminava com uma convocação em favor de Collor: "Ele é um homem culto, honrado, patriota, estadista e de princípios cristãos. Convoco, pois, os irmãos desta pátria para que votem em Fernando Collor de Mello." (*O Estado de S. Paulo*, 3.12.89; *Jornal do Brasil*, 3.12.89; *Diário do Grande ABC*, 5.12.89).

Entrevistado para esta pesquisa, o pastor José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, antes mesmo que lhe fosse perguntado da eleição presidencial de 1989, afirmou:

Não podemos negar, quem elegeu Collor foram os evangélicos. A vitória dele veio da Assembléia de Deus. Se ele reconhece ou deixa de reconhecer, eu nunca disse isto para ele, jamais vou cobrar isto dele, porque eu fiz de livre e espontânea vontade. Quando nós vimos que o Lula ia ganhar, e ia mesmo, então a Assembléia de Deus se movimentou no Brasil inteiro. Onde eu não pude ir pessoalmente, fiz por telefone, liguei para o Brasil inteiro, dizendo "A situação é essa, assim, assim". (entrevista concedida em 28.2.92)

Na última semana do segundo turno o presidente da Convenção Nacional das Assembléias de Deus, ministério de Madureira¹¹, pastor Manoel Ferreira, formalizou ao coordenador da campanha de Collor em Brasília, o empresário Paulo Octávio, a disposição de mobilizar seu rebanho em favor do candidato do PRN. Lembrando que no primeiro turno a orientação eleitoral em sua igreja havia sido mais livre, afirmou que "agora, após uma reunião da qual participei em Goiânia com outros membros do culto, decidimos pelo apoio a Collor de Mello". Segundo o pastor,

o programa de Lula é doido, calcado na Albânia. É uma proposta stalinista. A Albânia é um país que não permite nem a presença de cristãos, quanto mais de cristianismo. O programa de Lula é totalmente inviável e vai jogar o país no comunismo. (*Estado de Minas*, 10.12.89)

(11) O ministério de Madureira separou-se da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em 1989, continuando entretanto a se chamar Assembléia de Deus e constituindo sua própria Convenção Nacional.

Síndrome persecutória

Quando em meio pentecostal se acena com a ameaça do comunismo, imediatamente aflora a preocupação com a sobrevivência de suas igrejas. Antes de mais nada, comunismo significa para eles ausência de liberdade religiosa. Aliás, a negação da liberdade religiosa é posta como o fundamento da crítica radical que fazem do comunismo, na mesma medida em que colocam a liberdade religiosa antes e acima (ou mesmo no lugar) das outras liberdades modernas.

Passados dois anos da eleição presidencial, vamos reencontrar nas entrevistas com pastores e líderes pentecostais as mesmas razões alegadas em 1989 para justificar seu alinhamento eleitoral. Defendem hoje convictamente a posição então tomada e o conseqüente empenho mobilizador, contra o comunismo representado pela ascensão do PT, e a favor de Collor. O vereador Gilberto Nascimento (PMDB/SP), evangelista da Assembléia de Deus, ilustra bem esta convicção:

O que nós observávamos era o seguinte: aqueles que estavam um pouco mais na linha do Lula, caso do Ortega na Nicarágua e do Fidel Castro em Cuba, sempre dificultaram a vida da igreja nos seus países. E nós jamais poderíamos correr qualquer risco de que aqui tivéssemos alguém que tentasse dificultar a situação e a propagação do Evangelho. Então, por isso, votamos em Collor. Eu, por exemplo, fui à televisão pedir votos para o Collor e não me arrependo. Porque acho que, se estivesse lá o Lula, a situação seria muito pior. E nós não podemos sequer chegar à fronteira de vermos o Evangelho sendo dificultado neste país. (entrevista concedida em 19.5.92)

O pastor Walter Brunelli, da Assembléia de Deus, não vê mistérios na formação de um consenso eleitoral pró Collor entre os pentecostais.

É simples, acontece que o Partido dos Trabalhadores é um partido de esquerda e é um partido que tem todas as tendências comunistas de todos os quilates dentro dele. [...] O fato de a tendência comunista ser muito expressiva dentro do PT nos assustou. Por quê? Porque nós temos uma história de vida de sofrimento nos países comunistas. Muitos irmãos nossos foram mortos e torturados. As histórias, os registros que nós temos são inumeráveis, são incontáveis, da perseguição religiosa em todos os países comunistas. O que nós temíamos era dar, entregar o nosso país nas mãos de uma gente que nos sacrificou. (entrevista concedida em 3.6.92)

As razões do deputado Joel Freire (PMDB/SP), pastor da Assembléia de Deus, são igualmente dramáticas:

Os pastores, os líderes religiosos, quando o comunismo assumiu o Leste europeu foram para o paredón, foram queimados em fogueiras, foram para as alas solitárias que tinham um metro e meio de água na época do inverno, eles ficavam com os pés e parte do corpo dentro d'água. Porque o comunismo sempre foi frontalmente contra a igreja evangélica, ou os cristãos de maneira geral, por causa do ateísmo e das doutrinas e ideais deles. Existiu naquele momento um temor de que isto pudesse vir para o Brasil. O Lula para nós representava

tudo isto, porque estava ligado a todos os partidos de esquerda, como o próprio PT. [...] Nós fomos frontalmente contra o Lula. Quer dizer, nós nos unimos para eleger o Collor, não atacamos o Lula, mas oramos e trabalhamos para que o Collor fosse eleito. Porque era isto que o Lula representava para nós, quer dizer, a proibição do nosso trabalho, da nossa liberdade de pregar o Evangelho. (entrevista concedida em 13.3.92)

Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, Pedrinho Anholetto tem certeza de que, com Lula na presidência, o Evangelho seria "impedido":

Nós votamos no Collor como candidato fora do comunismo. [...] Porque você veja bem, a Rússia é o país da cortina de ferro. Lá, para entrar a Bíblia, é uma coisa difícilíssima, no entanto graças a Deus agora já abriu. Então por aí a gente vê, é baseado nisso, porque a Rússia é o centro mundial do comunismo. Era. Então, como lá não se podia pregar o Evangelho, porque através de livros que temos lido, quantos homens não morreram lá, foram, tentaram pregar o Evangelho lá, e morreram. Então, vendo tudo isso lá, nós estávamos vendo também isso aqui: ia ser impedido. (entrevista concedida em 21.10.91)

O pastor Carlos Alberto Antunes, um dos líderes da igreja pentecostal Comunidade da Graça, afirma que o apoio dado a Collor foi

por causa do temor de que a ascensão do Lula provocasse, não o comunismo, mas uma antipatia para com os evangélicos e que isso criasse entraves, problemas para os evangélicos continuarem tendo liberdade de pregação. [...]E realmente eles acabaram, a grande maioria, votando no Collor com medo das conseqüências da ascensão do PT ao poder. (entrevista concedida em 12.11.91)

Formulação ainda mais clara dos motivos pentecostais para votar em Collor está no depoimento do deputado estadual Carlos Apolinário (PMDB/SP), pastor da Assembléia de Deus e presidente da Assembléia Legislativa paulista:

Porque a esquerda no mundo todo proíbe a liberdade religiosa. Cuba, União Soviética, onde tiver esquerda no poder, há dificuldades à liberdade religiosa. E o Lula representava este perigo. E sendo ele o presidente da República, nós teríamos problema de liberdade religiosa. Então, o voto no Collor é porque ele não representava o perigo à liberdade de culto. Os evangélicos preferem muito mais viver num barraco e poder dizer que Cristo salva, a morar numa mansão e não poder dizer que Deus existe. (entrevista concedida em 29.5.92).

É como disse, em 1989, o bispo Edir Macedo: "Só quero poder falar" (*Jornal do Brasil*, 3.12.89).

Não é aqui o caso de nos determos numa análise de discurso, nem é preciso uma exegese muito refinada diante da recorrência, em todas essas falas, de palavras como *susto*, *medo*, *temor*, *risco*, *perigo*, em contraponto com este outro encadeamento composto de *perseguição*, *sofrimento*, *prisão*, *tortura*, *paredón*, *fogueiras*, *morte*. Não há dúvida. Em 1989 criou-se nessas igrejas uma atmosfera propícia à manipulação apocalíptica, um terreno fértil para o desenvolvimento de uma lógica paranóica. É bem verdade que o clima geral em que estava mergulhada a sociedade brasileira naquele momento era mesmo de comoção. Entretanto, se havia alguma plausibilidade na ocorrência de um surto de pânico classista naquele emocionalizado segundo turno, a ocorrência de um surto de pânico religioso diante da candidatura petista parece francamente despropositada. Contudo, observada mais de perto ou mais a fundo, como vamos fazer em seguida, a demanda última de liberdade religiosa, que muitos pentecostais insistentemente vincularam à ascensão eleitoral da esquerda em 1989, resulta um pouco menos estranha quando atinamos, através desta pesquisa, com o fato de que, aos olhos deles, PT significava uma combinação de comunismo (ateu) e catolicismo (imperialista).

Que havia um conluio entre o candidato petista e o clero católico para acabar com a liberdade dos cristãos não católicos era mais que uma suspeita entre algumas lideranças pentecostais, era uma certeza. "Se Lula ganhar, a Igreja [católica] vai mandar no país", afirmou Edir Macedo. Na mesma ocasião ele definiu o catolicismo como "uma peste bubônica". A fim de barrar, com o voto pentecostal, a ameaça católico-comunista, o bispo dizia-se diretamente inspirado por Deus em sua escolha eleitoral (*Jornal do Brasil*, 3.12.89). Pastor da Igreja Universal, o deputado estadual Paulo De Velasco (PSD/SP), ao ser indagado se em sua decisão de apoiar Collor havia levado em conta a ameaça à liberdade religiosa, respondeu enfaticamente:

Sim, sem dúvida nenhuma. Porque a Igreja católica é que estava apoiando o Lula, e nós sabemos que a Igreja católica é uma igreja imperialista, sob o ponto de vista de acreditar que só ela detém direitos. (entrevista concedida em 20.5.92)

A idéia de uma aliança do Partido dos Trabalhadores com a Igreja Católica para a tomada do poder pelo voto representava, aos olhos pentecostais, uma desqualificação a mais para um partido já estigmatizado por ser de esquerda, um motivo a mais de rejeição à candidatura Lula para presidente. Comunismo com catolicismo: a liberdade religiosa dos evangélicos estava duplamente ameaçada.

"E foi ali que nasceu a coisa"

Dissemos no início deste artigo que a primeira grande surpresa político-eleitoral vinda dos pentecostais foi a eleição de dezoito dos 33 parlamentares que formaram a bancada evangélica do Congresso Constituinte. Pois bem, uma das descobertas da presente investigação foi haver localizado, na gênese desse inesperado envolvimento eleitoral dos pentecostais nas eleições de 1986, o mesmo delírio persecutório, só que experimentado em relação a um suposto conluio entre a Igreja Católica e a Nova República. Foi o pastor José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, ao explicar os motivos de sua igreja ter abandonado a antiga postura de afastamento da política partidária, quem primeiro aludiu a essa ameaçadora coalizão:

A Assembléia de Deus sempre foi apolítica, em virtude da nossa origem. [...] Mas quando tivemos agora esta última reforma da nossa Carta Magna, da Constituição, nós descobrimos que havia um pacto da religião maior no Brasil para querer se assenhorear do direito de culto religioso no país. Eles queriam simplesmente, eu não digo ligar novamente o Estado à Igreja, mas eles queriam prioridade. A prioridade, eles queriam isto aí. Foi quando nós acordamos e dissemos: "Nós vamos eleger os nossos representantes para que eles nos representem na política nacional". E aí fizemos. [...] Eles queriam o domínio, tornar a Igreja Católica obrigatória no país. [Pergunta: Obrigatória?] É, obrigatória. Hoje a nossa Constituição dá liberdade de culto, mas o que eles queriam era fazer como havia na Argentina, agora está mais enfraquecido, mas a religião oficial é a religião católica. [...] Eles queriam trazer isso para o Brasil. E daí veio a nossa reação. A verdade é que a Igreja Católica manda no Brasil ainda. É muito forte, o clero aqui é muito. [...] A coisa começou na eleição de Tancredo Neves. Ali estava o forte, a cúpula da Igreja Católica tinha a mão ali dentro. E foi ali que nasceu a coisa. E nós temos isso até como Providência Divina. Pode-se dizer que foi Deus que não deixou Tancredo Neves governar o país. Porque ele ia entregar isso aqui na mão dos padres. Eles hoje mandam e, se estivesse na mão de Tancredo, não sei o que seria dos evangélicos no país. (entrevista concedida em 28.2.92)

É tal e tamanho o temor dessas minorias crentes de perder a liberdade de religião, ou mesmo de vê-la restringida, que chegam a fazer diagnósticos mirabolantes de determinadas conjunturas políticas matriciais da jovem democracia brasileira. Não obstante porém o caráter fantasioso da leitura que fazem de acontecimentos tão importantes do processo de transição democrática em nosso país, permanece o fato de que, para esses evangélicos, a categoria liberdade religiosa é central na interpretação que fazem da vida política, essencial na motivação que alegam para este seu recente, orquestrado ingresso na competição política.

Recebido para publicação em setembro de 1992.

Os pentecostais estão entrando em nossa incipiente vida democrática erguendo a bandeira da liberdade religiosa. Boa causa. Todavia, para nossos ouvidos "religiosamente não musicais", como dizia Weber, soa um tanto quanto esdrúxula esta demanda na boca de quem, durante os vinte anos de ditadura, nunca reclamou da falta de liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade sindical, liberdade de associação política, liberdade partidária, liberdade de consciência, liberdade de pensamento... Sinal de que a questão da liberdade — e das liberdades — tem sempre um movimento diferente conforme o grupo a que se pertence e o deus (ou demônio) que se cultua. A hierarquização das liberdades é sempre um ato arbitrário; valorizar absoluta e cegamente uma delas, em detrimento das outras, pode dar num desastre.

Ricardo Mariano é pós-graduando em Sociologia na USP e pesquisador do Cebrap.

Antônio Flávio Pierucci é professor do Departamento de Sociologia e coordenador do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Já publicou nesta revista, em co-autoria com Marcelo Coutinho Lima, "A direita que flutua" (Nº 29)

Novos Estudos
CEBRAP

Nº 34, novembro 1992
pp. 92-106
